

7



SAÚDE DA
PESSOA
LGBTQIAPN+

7



**SAÚDE DA
PESSOA
LGBTQIAPN+**



FICHA TÉCNICA

Comitê Gestor: IPADS / JOHNSON & JOHNSON/ CONASEMS/CONACS

Coordenador Geral: Thiago Lavras Trapé

Diretora Executiva: Camila Nascimento Benvenuto

Representante CONASEMS: Alessandro Aldrin Pinheiro Chagas

Representantes Johnson & Johnson: Ewerton Nunes, Marina Silva e Regiane Soccol

Representantes CONACS: Ilda Angélica Correia e Andréa de Carvalho

Equipe técnica: Ana Paula Pegoraro, Mirna Tedesco e Nayara Portilho Lima

Autora: Maria Felipe Faustino de Medeiros

Diagramação e Arte: Davi Cunha

Ficha catalográfica elaborada por Sílvia Barleta Fullin – CRB-8/8035

Medeiros, Maria Felipe Faustino de.
M488 Curso de saúde da pessoa LGBTQIAPN+ / Maria Felipe Faustino de Medeiros... [et. al.]. – Campinas: Instituto de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Social – IPADS, 2022.
24f.

ISBN – 978-65-80223-08-4

1. Medicina e Saúde. 2. Programas de Saúde. 3. LGBTQIAPN+.
I. Medeiros, Maria Felipe Faustino de. II. Trapé, Thiago Lavras.
III. Benvenuto, Camila Nascimento. VI. Pergoraro, Ana Paula.
V. Tedesco, Mirna. VI. Lima, Nayara Portilho. VII. Título.

CDD – 613

CDU - 614

APRESENTAÇÃO

Este curso é uma das ações do **Projeto A CASA - Comunidade de práticas, conexão, formação e informação do Agente Comunitário de Saúde e Agente de Controle de Endemias**.

O projeto tem como objetivo apoiar o protagonismo dos ACS e ACE no trabalho de atenção primária do SUS, criando um espaço de compartilhamento de experiências e aprendizado, reunindo boas práticas sobre o trabalho dos ACS e ACE, ofertando cursos, materiais de apoio, ações de educação, gestão e comunicação social com foco na atuação do ACS e ACE nas equipes de atenção primária.

A CASA é fruto de uma parceria entre a Confederação Nacional dos Agentes Comunitário de Saúde e Agentes de controle de endemias (CONACS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Instituto de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Social (IPADS) e a Fundação Johnson & Johnson.

Sobre o IPADS

O IPADS é uma organização sem fins lucrativos, que atua na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento social e com a melhoria da qualidade de vida da população, apoiando a formulação, implantação e avaliação de políticas, programas e projetos. O trabalho do Instituto é caracterizado pela interdisciplinaridade, principalmente pela atuação conjunta de seus associados que buscam uma abordagem integral das necessidades do cidadão.

Sobre o CONASEMS

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) nasceu a partir do movimento social em prol da saúde pública e se legitimou como uma força política, que assumiu a missão de agregar e de representar as 5570 secretarias municipais de saúde do país. Desde 1988, promove e consolida um novo modelo de gestão pública de saúde baseado em conceitos como descentralização e municipalização.

Sobre a Fundação Johnson & Johnson

Patrocinada pelas companhias Johnson & Johnson do Brasil, a Fundação R.W. Johnson é uma entidade privada, sem fins lucrativos, reconhecida como entidade de utilidade pública. Atua realizando investimentos sociais que busquem o desenvolvimento da qualidade de vida e a melhoria das condições da saúde, educação e meio ambiente, por meio da promoção da saúde e capacitação de profissionais.

Sobre o CONACS

A Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias, denominada CONACS, é uma entidade civil, dotada de personalidade jurídica, sem fim lucrativo, com finalidade de representar ativa e passivamente, judicial ou extra judicialmente todos os trabalhadores ACS / ACE no território nacional. Promovendo a conquista de direitos e mantendo lá melhor qualidade de vida na execução de suas funções na suas áreas distintas de atuação.

Olá para todes que estão lendo esse material e sejam bem-vindos (as) ao **Curso SAÚDE DA PESSOA LGBTQIAPN+**

Aqui abordaremos os conceitos de Saúde LGBTQIAPN+, perpassando pelas definições da sigla que definem cada parte da população, tentando propor métodos de acolhimento dessa população dentro da Atenção Primária. Além disso, discutiremos sobre as principais demandas em saúde da população LGBTQIAPN+, trazendo especificidades de cada uma delas e por fim, falaremos um pouco sobre violência contra população LGBTQIAPN+, conhecida como homofobia ou LGBTfobia.

Por convenção, quem ler o texto notará que todas as inclusões e generalizações serão escritas no feminino (ela/dela), diferente do que a língua portuguesa prega e aplica.

Explicamos aqui que isso será realizado não de forma a excluir as identidades masculinas, mas sim para incluir e dar visibilidade às identidades femininas, que por tanto tempo são invisibilizadas na escrita e na prática.

O uso da linguagem neutra (ou linguagem sem gênero definido) no Brasil ainda é muito complexo, pois nossa língua traz bastante binarismo dentro da escrita e fala, além de ser pouco acessível à pessoas que não tem a leitura como forma de comunicação (como pessoas com deficiência visual, por exemplo).

Boa leitura!
Um forte abraço!
Equipe A CASA

Faça parte da CASA:
www.acasadosagentes.org.br
[@acasadosagentes](https://www.instagram.com/acasadosagentes)

MARIA FELIPE FAUSTINO DE MEDEIROS

autora

Pessoa Trans Não-Binária Feminina, pronomes ela/dela/elu/delu. Médica Infectologista pela FMUSP. Médica atuante em Pesquisa Clínica em Infectologia, colaboradora em Infectologia e Saúde LGBTQIAPN+ do projeto TeleNordeste (PROADI-SUS) e atendimento de Saúde LGBTQIAPN+. Pesquisas em Saúde LGBTQIAPN+, LGBTfobia e Chemsex. Foi médica generalista na ESF na região do Grajaú (Zona Sul da cidade de São Paulo) durante o início da profissão, entendendo e vivenciando a fundamental importância de ACS e ACE no processo de cuidado em saúde.

DEFINIÇÕES E TERMOS

A saúde LGBTQIAPN+ visa trazer para luz as particularidades que tal população vivencia no contexto de atenção à saúde. Assim como diversas outras políticas para populações específicas (como Saúde da Criança e Adolescente ou Saúde da Pessoa Idosa), a comunidade LGBTQIAPN+ têm um documento que orienta as práticas de cuidado dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse documento é denominado **‘Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais’**, do Ministério da Saúde, instituída pela **Portaria nº 2.836 de 2011**, visando orientar o Plano Operativo de Saúde Integral LGBTQIAPN+. Esta política é um marco de política pública de reconhecimento das demandas específicas e da vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ no que tange à efetivação do seu direito constitucional à saúde.

No texto, encontram-se diretrizes para a atuação das diversas esferas governamentais, de modo que estes possam operacionalizar um cuidado direcionado, que vai além do atendimento em medicina, adotando uma perspectiva ampla da saúde.

Antes de discutirmos a sigla e suas letras, precisamos entender o que elas exploram em relação às pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Deve-se entender que tais conceitos são definições que visam organizar não somente a existência, mas também orientar para o cuidado em saúde que cada uma dessas pessoas necessita e/ou deseja. É impossível falar sobre saúde LGBTQIAPN+ sem entender sobre gênero e sexualidade, isso incluindo a discussão sobre as relações de afeto entre as pessoas da comunidade.

Os conceitos que vamos abordar se relacionam diretamente com o corpo. Esse corpo é também uma forma de luta e busca por respeito. Devemos entender que pessoas não são apenas definidas pelas características corporais que apresentam, mas também por como a sociedade às enxerga, às respeita e interage com elas. Devemos entender também que as características biológicas podem influenciar dentro das diversas manifestações de gênero e sexualidade, porém nenhuma característica biológica única define uma pessoa como Homem ou Mulher, ou como pessoa não-binária. Vivemos dentro de uma sociedade que tem como padrão o binarismo, ou seja, tenta classificar pessoas como Homem ou Mulher, porém existe uma gama de outras manifestações e identidades que não se encaixam nessa classificação, sendo ela excludente e propagadora de preconceitos.

Algumas diferenças entre os corpos são habitualmente relacionadas às percepções sociais de gênero, como Genótipo (genes e cromossomos sexuais - XX, XY e suas variações), Genitália (parte dos caracteres sexuais primários - vulva, vagina, pênis, testículos típicos e variações), Órgãos reprodutores (Sistemas reprodutores testicular e ovariano-uterino) e caracteres de origem hormonal, ou secundários (como mamas, aumento das genitálias, pilificação corporal, aumento da secreção sebácea, distribuição de gordura corporal, desenvolvimento muscular, menstruação e ciclos ovulatórios, ejaculação e produção de espermatozoides, crescimento de cartilagem tireoide, alterações na voz etc).

Estima-se que 1,7% da população mundial tenha algum grau de variabilidade entre essas características genéticas, genitais ou de respostas hormonais típicas, e tais pessoas são denominadas pessoas **Intersexo**.

As características do corpo, isoladamente, **não determinam quem nós somos**, mas sim subsidiam as comunidades quanto à forma como as pessoas são apresentadas ao mundo e como são tratadas ao nascer.

O gênero é um aspecto existente em contexto comunitário, construído socialmente a partir da percepção inicial da diferença corporal, suas simbologias e significados. Colocando em termos mais simples, o gênero é como uma pessoa se manifesta dentro da comunidade e como ela é vista pelas demais. A colocação de uma pessoa como homem ou mulher depende diretamente da cultura que ela vive e está inserida. Cabem às profissionais de saúde acolher essas percepções e respeitá-las em ambiente seguro, sem que a pessoa necessite

A identidade de gênero de uma pessoa é autodeterminada a partir de suas próprias referências, independentemente do gênero designado ao nascimento. Uma pessoa cisgênero se reconhece com o gênero designado ao nascimento por exemplo: quando nasceu, foi designada como mulher - por ser identificado no nascimento com uma vulva, foi registrada como 'sexo feminino' -, e se identifica como mulher.

Pessoas transexuais (ou transgêneras) são pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascimento. Esse termo também pode ser escrito como 'pessoas trans', sendo ele um termo guarda-chuva, que abarca todas as identidades que não se identificam dentro da cisgeneridade. No Brasil, quando falamos especificamente de pessoas trans femininas, devemos lembrar e frisar sobre a existência de Travestis (ela/dela), uma identidade trans feminina, que traz consigo na definição um caráter social e uma ressignificação dessa identidade que por muito tempo foi usada com conotação pejorativa ou xingamento.

Há também pessoas que se identificam com um gênero diferente dos dois gêneros reconhecidos na nossa cultura (homem e mulher) que são pessoas não binárias. A não-binaridade pode ser entendida como um "termo guarda-chuva" que engloba diversas identidades de gênero diferentes, como por exemplo: pessoas agênero, aquelas que não se identificam com gênero algum; de gênero fluido, cuja identidade de gênero muda ou varia; de gênero neutro, que não se identificam como "homem" ou "mulher", entre outros.

Quando falamos de Saúde LGBTQIAPN+, também precisamos falar sobre Sexualidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define sexualidade como "um aspecto central do bem-estar humano, do começo ao fim da vida, envolvendo sexo, identidade de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução". Portanto, ela é inerente à vida de todos os seres humanos, se inicia no nascimento e se encerra na morte, é dinâmica e mutável.

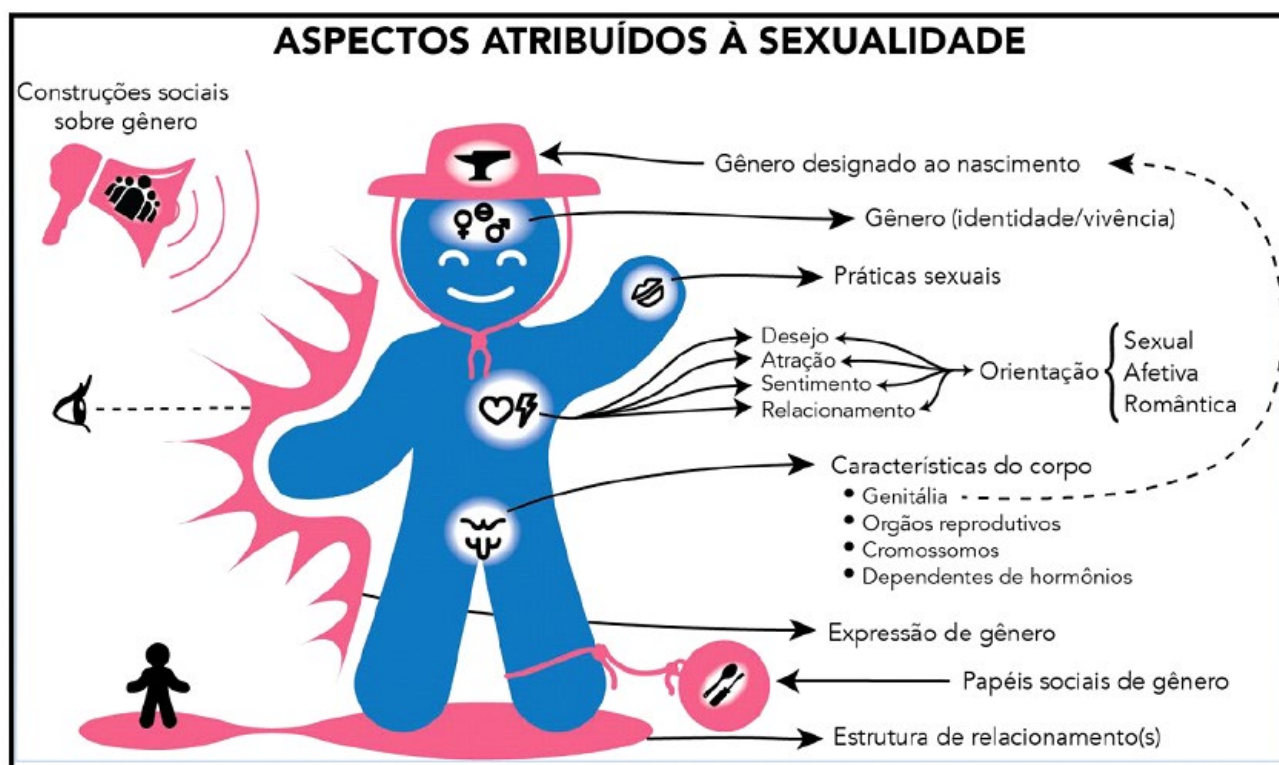
A sexualidade influencia a maneira de indivíduos serem, se inserirem na sociedade e se posicionarem no mundo. Portanto, uma abordagem integral em saúde inclui conhecer o gênero de uma pessoa e os aspectos que ela relaciona à sua sexualidade.

É importante frisar que nós, enquanto profissionais de saúde, nunca devemos deduzir o gênero de uma pessoa, nem os demais aspectos atribuídos à sexualidade, a partir de seus próprios valores e percepções. Isso deve ser abordado diretamente com a pessoa, explicando sempre o motivo do questionamento e tentando fazer de forma simples e de igual para igual, para que o tabu não traga informações incorretas ou deixe de levar informação para a pessoa que estamos assistindo.

O nome e os pronomes (femininos, masculinos ou neutros) com os quais a pessoa prefere ser tratada também devem fazer parte das perguntas habituais durante um atendimento de saúde.

Dentro das questões que devemos reconhecer e perguntar durante um atendimento em saúde de pessoas

LGBTQIAPN+, e para melhor compreensão dos diversos fatores, trago abaixo uma figura que ilustra uma pessoa e as diferentes características que vão ser estudadas e analisadas para um completo atendimento em saúde:



EXPRESSÃO DE GÊNERO

Como descrita anteriormente, é a forma como a pessoa se apresenta e como é reconhecida socialmente. Exemplos de expressão de gênero: feminina, masculina, feminina masculinizada, “afeminada”, andrógina etc;

ORIENTAÇÃO SEXUAL

É a maneira como uma pessoa se identifica em relação às suas tendências em interessar-se e/ou relacionar-se afetivamente, sexualmente ou romanticamente com outras pessoas. Como exemplos, podemos listar: homossexual/homoafetiva/homorromântica se o direcionamento é para pessoas do mesmo gênero que o seu; heterossexual/heteroafetiva/heterorromântica se o direcionamento é para pessoas de outro gênero; bissexual/biafetiva/birromântica se o direcionamento é para pessoas de mais de um gênero (e dentro dessa concepção estariam representadas as pessoas pansexuais/panafetivas/panromânticas, que se atraem e/ou relacionam-se independentemente ao gênero da outra pessoa); assexual/arromântica se não se atrai ou não se interessa romanticamente por gênero algum. A orientação sexual não é uma escolha, e também não é uma doença ou distúrbio mental, portanto não deve ser alvo de práticas que visem mudá-la ou alterá-la.

ORGANIZAÇÃO DE RELACIONAMENTOS

Além de manter relacionamentos com acordos de exclusividade (monogâmicos), as pessoas também podem relacionar-se sexualmente/afetivamente/romanticamente com outras tanto a partir de outros acordos (não monogâmicos, como poliamor, amor livre, relacionamento aberto etc.).

A sigla **LGBTQIAPN+** traz diversas letras, que correspondem às diversas populações que compõem nossa comunidade. Ela é uma sigla em constante modificação para que cada vez possamos dar voz e foco para as populações específicas existentes. Vamos então ver o significado de cada uma das letras:

- L: Lésbicas** - Definição de Mulheres que se relacionam sexual e/ou afetivamente com outras mulheres;
- G: Gays** - Definição de Homens que se relacionam sexual e/ou afetivamente com outros homens;
- B: Bissexuais** - Definição de homens ou mulheres que se relacionam sexual e/ou afetivamente com homens e mulheres;
- T: Pessoas Transexuais e Travestis** - Definição de pessoas que não se identificam com o gênero que foi designado ao nascimento (por exemplo, homens trans, mulheres trans etc). Dentro do termo guarda-chuva, outras identidades trans também podem ser colocadas, como as pessoas não-binárias;
- Q: Identidade *Queer*** - Identidade de gênero divergente do binarismo homem-mulher, proposta pela pensadora americana Judith Butler;
- I: Pessoas Intersexo** - Pessoas que possuem genitais não-típicos, podendo apresentar ambos os genitais (por exemplo, pessoas com vagina-pênis, pessoas com pênis-vagina etc);
- A: Pessoas agênero, assexuais, arromânticas** - A letra A é uma letra que junta diversas identidades, como agêneros - pessoas que não se identificam com nenhum gênero -, pessoas assexuais - pessoas que não tem práticas sexuais ou práticas sexuais condicionadas à fatores específicos (como por exemplo, pessoas Demissexuais, que somente tem relações sexuais com outras pessoas que tem vínculo afetivo/conhecimento interpessoal maior, etc); e pessoas arromânticas - que não tem relações de afeto amoroso com outras pessoas;
- P: Pessoas Pansexuais** - São pessoas que se atraem e/ou relacionam-se independentemente ao gênero da outra pessoa;
- N: Pessoas Não-Binárias** - São pessoas que estão dentro do guarda-chuva das pessoas trans, por não se identificarem com o gênero designado ao nascimento, porém também não se identificam com um gênero específico (não se identificam nem como homens nem como mulheres).

ACOLHIMENTO

Desde o momento da abordagem de pessoas LGBTQIAPN+, seja já na unidade de saúde, ou mesmo em suas casas, é importante que todos os conceitos que trabalhamos até agora sejam levados em consideração.

O papel de ACS/ACE dentro do contexto de acesso à saúde é de fundamental importância. São pontos importantes que ACS/ACE tem nesse contexto:

- Vivenciar a comunidade, entendendo como ela se organiza e o que ela tem de recursos para serem explorados e orientados;
- Conhecer as famílias e cada integrante dela, nas suas peculiaridades e demandas;
- Entender qual a moradia que as pessoas vivem, sabendo lidar com as diferentes realidades de habitações que temos no Brasil;
- Poder acessar fatores como acesso à alimentação e educação, que influenciam diretamente na prevenção e promoção de saúde, bem como no tratamento e reabilitação de pessoas com doenças.

As agentes são, também, o vínculo direto que a equipe de saúde tem com a comunidade, pois além de profissionais de saúde, são - usualmente - usuárias dos serviços disponibilizados pela unidade e sabem auxiliar nos processos de convívio social ali presente.

Quando falamos de acolhimento para população LGBTQIAPN+, temos primariamente o respeito em voga. A discussão de gênero e sexualidade na nossa sociedade ainda é cercada de tabus e conceitos desatualizados, que podem ferir a existência de pessoas LGBTQIAPN+. Deve-se entender que a prática em saúde deve ser livre de preconceitos para com gênero, sexualidade, raça, cor, estrato social, religião, nível educacional e demais determinantes, como também deve levar em consideração as vivências das pessoas ali assistidas. Para chegarmos com a pauta de saúde devemos respeitar cada pessoa na sua unidade, proporcionando um ambiente livre para que o diálogo seja proveitoso e que evidencie as reais necessidades ali presentes.

No contexto de acolhimento de pessoas LGBTQIAPN+, podemos elencar os seguintes pontos chave:

- Respeito pela identidade de gênero e sexualidade de todas as usuárias;
- Respeito ao uso do nome social: **Nome social** é o nome com o qual uma pessoa quer ser tratada, independentemente do motivo (que pode estar relacionado à sua identidade de gênero ou não) e aos registros civis. É um **direito das pessoas usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS)** e, portanto, é dever de todas as equipes de profissionais e de todos os setores de uma unidade de saúde tratar a pessoa com o nome e com os pronomes (masculinos, femininos ou neutros) que ela escolher. Esse nome

deve constar em todos os registros do serviço de saúde, como cartão do SUS, documentos, receitas e quaisquer formulários utilizados, com garantia de que a pessoa não seja constrangida ao ter seu nome social confrontado com o nome de registro civil. O nome civil não deve ser tornado público.

- Auxiliar no processo de acolhimento de vítimas de LGBTQIAPN+fobia (ou LGBTQfobia, homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia etc), orientando os possíveis locais e meio de denúncia de violência (seja por meio de Ouvidorias, Disque 100 etc).
- Educação Permanente: promoção de capacitações da equipe multiprofissional em saúde para o atendimento respeitoso e equânime da população LGBTQIAPN+, sejam por meio de leitura de textos, aulas, palestras, rodas de conversas, grupos etc.
- Auto-avaliação contínua: reestabelecer práticas em saúde através das críticas recebidas da população e também profissionais de saúde, visando um melhor atendimento em saúde.

O acolhimento é parte fundamental dentro da assistência à saúde, e deve ser pensado individualmente para cada pessoa. Pessoas trans que não tem seu nome social respeitado pelas profissionais acabam se afastando do cuidado em saúde e estando mais vulneráveis a desenvolver doenças, praticar tratamentos que sejam lesivos à si mesmas e também maiores chances de tentativas de suicídio, por comprometimento da saúde mental.

PAUTAS ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Quando pensamos em atendimento em saúde da população LGBTQIAPN+, devemos entender que essas pessoas têm um acesso à saúde defasado, seja por violências diversas sofridas no serviço de saúde (como o não respeito ao nome social), seja por despreparo de profissionais de saúde para com atendimento dessa população.

Deve-se organizar o atendimento em saúde levando em consideração todos os fatores que já discutimos aqui:

- Nome e pronomes pelos quais a pessoa deseja ser chamada;
- Idade;
- Sexo biológico;
- Identidade de Gênero;
- Antecedentes familiares de doença, como por exemplo Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Câncer de Mama na família etc;

- Comorbidades que as pessoas apresentam no momento da abordagem e quais os tratamento utilizados por elas;
- Disponibilidade de prática de exercícios físicos/atividade física;
- Condições de saneamento básico;
- Condições de alimentação;
- Práticas sexuais que a pessoa costuma ter (relações vaginais, relações anais, relações sem penetração);
- Uso de métodos de prevenção à Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST);
- Uso de métodos contraceptivos e planejamento familiar (uso de preservativo externo ou interno; uso de anticoncepcional hormonal; uso de DIU etc).

Para além das pautas gerais que toda pessoa tem no acesso à saúde, pessoas LGBTQIAPN+ tem pautas específicas. Abaixo listamos algumas delas que devem ser consideradas no atendimento em saúde:

I) Homens Gays, Bissexuais, Panssexuais (e outros Homens que fazem sexo com outros homens):

- Respeito pela sua sexualidade
- Disponibilidade de métodos de prevenção de IST, como HIV/Aids, Sífilis, Gonorreia, Clamídia, Hepatites Virais (Uso de Preservativo, Lubrificante a base de água, vacinação contra Hepatite A e Hepatite B, disponibilidade de PrEP e PEP para prevenção da infecção pelo vírus do HIV etc.)
- Orientação e Rastreio de HPV anal, caso essa seja uma prática sexual realizada;
- Rastreio de Cânceres preveníveis, de acordo com o cenário apresentado (Homens com próstata - Rastreio de câncer de próstata; Homens com mamas desenvolvidas - Rastreio de Câncer de mama; Homens com útero - Rastreio de Câncer de Colo de Útero; Homens > 45 anos - Rastreio de câncer colorretal)

II) Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Panssexuais (e outras Mulheres que fazem sexo com mulheres):

- Respeito pela sua sexualidade
- Disponibilidade de métodos de prevenção de IST, como HIV/Aids, Sífilis, Gonorreia, Clamídia, Hepatites Virais (Uso de Preservativo, Dental Dam, Lubrificante a base de água, vacinação contra Hepatite A e Hepatite B, disponibilidade de PrEP e PEP para prevenção da infecção pelo vírus do HIV etc.)
- Orientação e Rastreio de HPV anal, caso essa seja uma prática sexual realizada;
- Rastreio de Cânceres preveníveis, de acordo com o cenário apresentado (Mulheres com próstata - Rastreio de câncer de próstata; Mulheres com mamas desenvolvidas - Rastreio de Câncer de mama; Mulheres com útero - Rastreio de Câncer de Colo de Útero; Mulheres > 45 anos - Rastreio de câncer colorretal)

III) Homens Trans, Pessoas Trans-Masculinas e Pessoas Não-Binárias Masculinas:

- Respeito pela sua identidade de gênero;
- Uso de Nome Social e pronomes desejados;
- Garantir acesso ao chamado 'processo transexualizador' e o aprimoramento das tecnologias usadas no procedimento;
- Acesso à hormônios exógenos, caso desejado para contribuir no processo de afirmação de gênero;
- Definir estratégias setoriais e intersetoriais que visem a reduzir a mortalidade de pessoas trans;
- Acompanhamento gestacional, caso desejado;
- Orientação sobre planejamento familiar e, caso necessário, orientação de métodos contraceptivos (Anticoncepcional hormonal, DIU, Diafragma, Preservativo etc);
- Disponibilidade de métodos de prevenção de IST, como HIV/Aids, Sífilis, Gonorreia, Clamídia, Hepatites Virais (Uso de Preservativo, Lubrificante a base de água, vacinação contra Hepatite A e Hepatite B, disponibilidade de PrEP e PEP para prevenção da infecção pelo vírus do HIV etc.);
- Orientação e Rastreamento de HPV anal, caso essa seja uma prática sexual realizada;
- Rastreamento de Cânceres preveníveis, de acordo com o cenário apresentado (Homens com próstata - Rastreamento de câncer de próstata; Homens com mamas desenvolvidas - Rastreamento de Câncer de mama; Homens com útero - Rastreamento de Câncer de Colo de Útero; Homens > 45 anos - Rastreamento de câncer colorretal).

IV) Mulheres Trans, Travestis, Pessoas Trans-Femininas e Pessoas Não-Binárias Femininas:

- Respeito pela sua identidade de gênero;
- Uso de Nome Social e pronomes desejados;
- Garantir acesso ao chamado 'processo transexualizador' e o aprimoramento das tecnologias usadas no procedimento;
- Acesso à hormônios exógenos, caso desejado para contribuir no processo de afirmação de gênero;
- Definir estratégias setoriais e intersetoriais que visem a reduzir a mortalidade de pessoas trans;
- Disponibilidade de métodos de prevenção de IST, como HIV/Aids, Sífilis, Gonorreia, Clamídia, Hepatites Virais (Uso de Preservativo, Lubrificante a base de água, vacinação contra Hepatite A e Hepatite B, disponibilidade de PrEP e PEP para prevenção da infecção pelo vírus do HIV etc.);
- Orientação e Rastreamento de HPV anal, caso essa seja uma prática sexual realizada;
- Rastreamento de Cânceres preveníveis, de acordo com o cenário apresentado (Mulheres com próstata - Rastreamento de câncer de próstata; Mulheres com mamas desenvolvidas - Rastreamento de Câncer de mama; Mulheres com útero - Rastreamento de Câncer de Colo de Útero; Mulheres > 45 anos - Rastreamento de câncer colorretal).

- Orientação de práticas sexuais para profissionais do sexo: dados brasileiros mostram que aproximadamente 90% das mulheres trans e travestis tem como renda o trabalho sexual, na grande maioria das vezes não por desejo, mas por desacesso à condições de trabalho registrado. Essas mulheres devem ser orientadas sobre prevenção e tratamento de IST, além de métodos para minimizar danos físicos durante as práticas sexuais.

VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Infelizmente, a violência contra a população LGBTQIAPN+ é algo frequente no nosso país. Segundo o Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021, realizado pelos órgãos Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos).

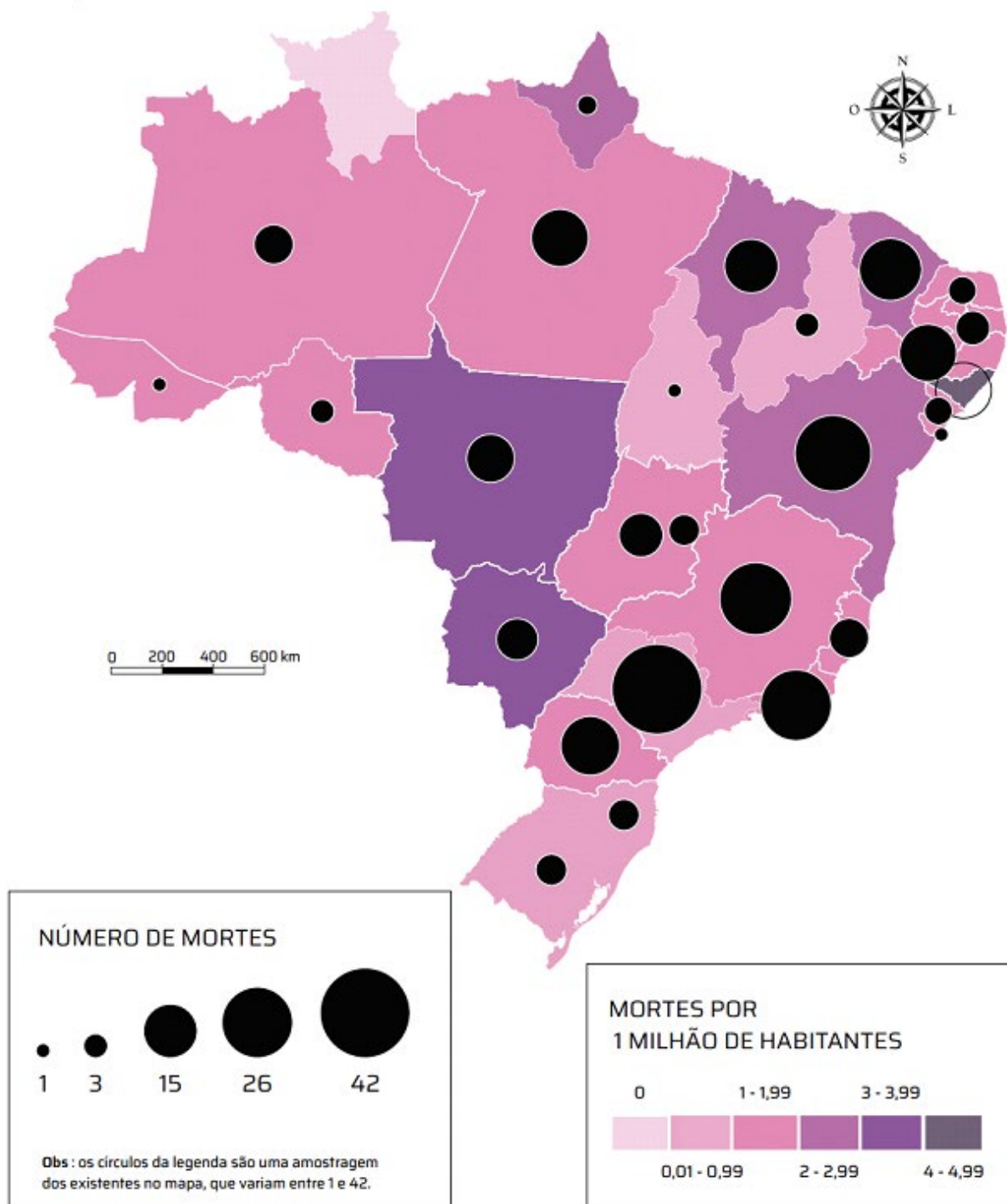
Foram 321 mortes em 2021 devido à LGBTfobia, sendo a população de homens gays 45,89% do total (145 mortes) e as travestis e mulheres trans 44,62% dos casos (141 mortes). A idade das vítimas varia de 13 a 67 anos em 2021. Dos 316 casos registrados, foram identificadas raça/etnia de 240 vítimas, que correspondem a 75,95% do total, sendo 127 casos de pessoas brancas e 112 casos em pessoas pretas/pardas. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram mais de 100 mortes violentas cada, 116 e 103 respectivamente. As demais regiões ficaram em torno de 30 mortes cada uma: 36 no Centro-Oeste, 32 no Norte e 28 no Sul. Tais óbitos contabilizam os assassinatos e também as vítimas de suicídio como consequência direta de LGBTfobia.

Não somente as mortes fundamentadas por LGBTfobia foram contabilizadas no relatório, que também permitiu identificar diversos tipos de violência, como agressões físicas e verbais, negativas de fornecimento de serviços e tentativas de homicídio, que foram perpetradas em diferentes ambientes – doméstico, via pública, cárcere, local de trabalho etc.

Travestis e mulheres transexuais, por exemplo, têm sido alvo preferencial de ataques em espaços públicos, ao mesmo tempo que sua exclusão social é marcada por obstáculos de diferentes naturezas, como a dificuldade de acesso à educação formal e ao mercado formal de trabalho, assim como a falta de oportunidades em função da condição de travestilidade e transexualidade dessas pessoas.

Desde 2019, a homofobia é criminalizada no Brasil. A determinação está atrelada à Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”. A prática da lei contempla atos de “discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”. Por isso, ainda que usado o termo de homofobia para definir essa lei, todas as outras pessoas LGBTQIAPN+ são contempladas.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, EM 2021



FONTE: Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2021; IBGE, 2010; IBGE, 2021; PHILCARTO.

Como profissionais de saúde, devemos entender nosso papel ativo dentro do combate à LGBTfobia. Deve-se entender que com o trabalho diário é possível que se entre em contato com ambientes domésticos de violência, violência em locais públicos ou até mesmo dentro do Serviço de Saúde. Nosso papel nestes cenários, além da educação sobre violência contra população LGBTQIAPN+ através de materiais impressos, palestras, grupos, aulas em ambientes escolares etc, é também denunciar tais violências.

Os principais canais para que essas denúncias sejam realizadas são:

- **Disque 100 (Disque Direitos Humanos):** Disque 100 é um serviço disseminação de informações sobre direitos de grupos vulneráveis e de denúncias de violações de direitos humanos. O serviço pode ser considerado como “pronto socorro” dos direitos humanos e atende graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes e possibilitando o flagrante. Ele funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana;
- **Ouvidoria do SUS (OUVSUS):** é o setor responsável por receber reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais manifestações dos cidadãos quanto aos serviços e atendimentos prestados pelo SUS; tem como objetivo principal garantir e ampliar o acesso do cidadão na busca efetiva de seus direitos, atuando enquanto ferramenta de gestão e instrumento de fortalecimento do controle social.
- **Disque 190 (Polícia Militar):** Em caso de violência doméstica ou em locais públicos, a denúncia também pode ser realizada para a polícia militar, com opção de realizar um Boletim de Ocorrência sobre o caso.
- **Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências Interpessoais:** enquanto serviço de saúde, além da denúncia para os órgão investigativos, devemos também notificar os casos de violências contra população LGBTQIAPN+ junto à Vigilância Epidemiológica (Municipais e Estaduais), com finalidade de contabilizar os números para que medidas em saúde sejam realizadas para prevenção de novos casos. Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. A notificação pode ser realizada por qualquer pessoa, sem necessidade de cargo específico.
- **Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente, Delegacias do Idoso e Delegacias da Mulher:** Em casos de violência motivada por LGBTfobia contra grupos etários específicos ou contra mulheres (cisgêneras ou transexuais), as delegacias e órgãos competentes também podem ser acionadas, sendo em casos de violências contra crianças e adolescentes obrigatória a notificação ao Conselho Tutelar local.

Na busca de modificação desse cenário de frequente violência contra população LGBTQIAPN+, alguns pontos devem ser sempre pensados dentro da prática em saúde em conjunto com as demais esferas de cuidado e proteção à população:

- **Atendimento livre de discriminação e preconceito para com a comunidade LGBTQIAPN+, fortalecendo o uso do nome social, atendimento de demandas específicas e gerais da comunidade;**
- **Educação continuada de profissionais de saúde para um melhor atendimento à comunidade LGBTQIAPN+, construindo protocolos em saúde para a população e ampliando o acesso à medicamentos e demandas específicas da comunidade em todas as unidades de saúde;**

- Criação de protocolos unificados para enfrentamento da violência LGBTfóbica no Brasil, considerando os limites de atuação dos municípios, estados e do governo federal, assim como a efetivação de políticas e ações para o correto atendimento e abordagem de pessoas LGBTI+ por agentes de segurança pública;
- Providenciar formação periódica e continuada para capacitação e educação de agentes públicos em todas as áreas, especialmente em órgãos de segurança pública, proteção a vítimas de violência, espaços destinados a mulheres vítimas de violência doméstica e espaços estatais, a respeito da importância do acolhimento de mulheres lésbicas e das travestis e mulheres transexuais, respeitando suas especificidades e identidades de gênero autodeclaradas;
- Realizar campanhas públicas que incluam a diversidade LGBTQIAPN+, a fim de conscientizar sobre seus direitos, os impactos da LGBTfobia e sobre os efeitos da criminalização da LGBTfobia;
- Coletar e analisar dados sobre violências, tentativas de homicídio, assassinatos e violações de direitos humanos contra a população LGBTI+ por segmento;
- Combater a impunidade e a subnotificação de abuso e violência;
- Apoiar e incentivar o trabalho de monitoramento da violência com a celebração de parcerias com as instituições da sociedade civil que atuem na área;
- Garantir políticas específicas com atenção às necessidades das profissionais do sexo, moradores de favela e da periferia, pessoas em situação de rua, egressas do sistema prisional e aquelas privadas de liberdade e em sistemas socioeducativos;
- Criar e implementar medidas legais e políticas antidiscriminação, além de ações afirmativas/medidas positivas no campo da educação e do emprego, a fim de evitar que qualquer pessoa tenha que depender da venda de sexo como meio de sobrevivência devido à pobreza ou discriminação;
- Implementação e fortalecimento de locais de abrigo para as pessoas LGBTQIAPN+ expulsas de casa e/ou em situação de rua;
- Garantir, político-administrativamente, que os programas sociais, projetos, serviços e benefícios de atenção sejam acessíveis às travestis e demais pessoas trans;
- Incluir, no currículo escolar, temas ligados à educação sexual inclusiva e a tolerância à diversidade; Acatar, em todos os estados, os pactos federativos firmados de combate a violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1) Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Acessado através do link: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- 2) Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Acessado através do link: <https://www.gov.br/aids/pt-br/centrais-de-conteudo/pcdts/2022/ist/pcdt-ist-2022-isbn-1.pdf/view>
- 3) Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Acessado através do link: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_profilaxia_prep.pdf
- 4) Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Acessado através do link: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>
- 5) São Paulo (SP). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Atenção Primária à Saúde. “Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo”, Secretaria Municipal da Saúde|SMS|PMSP, 2020: Julho - p. 133. Acessado através do link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Saude_de_Transexuais_e_Travestis_SMS_Sao_Paulo_3_de_Julho_2020.pdf
- 6) Cartilha de Saúde LGBTI+ Políticas, Instituições e saúde em tempo de COVID-19. Grupo TODXS / UNAIDS. Abril de 2021. Acessado através do link: <https://unaids.org.br/2021/04/unaids-e-todxs-lancam-cartilha-de-saude-para-populacao-lgbti-em-tempos-de-pandemia/>
- 7) Organização Mundial de Saúde. WHO guideline for screening and treatment of cervical pre-cancer lesions for cervical cancer prevention, second edition. 2021. Acessado através do link: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240030824>



f |  @ACASADOSAGENTES



ACASADOSAGENTES.ORG.BR

A CASA É SUA, ACE E ACS.

Um espaço de conexão, aprendizado, aprimoramento e troca. Construimos com muito carinho essa estrutura para oferecer acolhimento e apoio em todos os aspectos da sua profissão.

